

Seção Memória

Neste número, a RELET inaugura a seção de memória dos estudos do trabalho na América Latina. Seu objetivo é duplo. Primeiro, publicar textos que se tornaram referência em momentos decisivos da consolidação desse campo de estudos na Região e estimular, em torno deles, debates sobre sua relevância, atualidade e pertinência. Os artigos podem ser enquadrados na categoria de “estudos exemplares” sobre o mundo do trabalho entre nós, tendo em vista sua capacidade de sintetizar conhecimento acumulado, propor novas interpretações e contribuir decisivamente para o avanço das pesquisas e da compreensão sobre o tema no Continente. Os editores e o Comitê de Redação da RELET incitam a comunidade de estudos do trabalho a fazer sugestões sobre textos seminais que gostaria de ver reeditados aqui. Eles trarão, sempre, um comentário sobre sua importância elaborado por autores convidados pela revista.

Em segundo lugar, a seção dará a público entrevistas com pesquisadores com destacada atuação no campo dos estudos do trabalho na América Latina, partindo da idéia de que algumas trajetórias intelectuais coincidem com, e são constitutivas do processo de consolidação de campos do saber. Recuperar a memória desses estudiosos expressa não apenas o reconhecimento coletivo de sua contribuição ao debate, como também a vitalidade deste último, que, em constante diálogo com a produção do passado, inquire com vigor os novos desafios de um mundo do trabalho em profunda transformação.

Iniciamos a seção com um estudo de Juarez Rubens Brandão Lopes, *O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação*, publicado originalmente em 1960 e hoje em domínio público. Juarez (falecido em junho de 2011, o que enseja esta homenagem) cedeu os direitos autorais deste e de vários outros trabalhos seus ao Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, que lançou, em 2008, o livro *Sociedade industrial no Brasil* em sua Biblioteca Virtual de Ciências Humanas (www.bvce.org). O texto reproduzido aqui, primeiro capítulo daquele livro, toma essa edição como referência, e a RELET agradece a Bernard Sorj a permissão para esta reedição. O artigo será publicado em duas partes: neste e no próximo número da RELET¹.

De volta a “O ajustamento do trabalhador à indústria”: uma homenagem a Juarez R. Brandão Lopes

Adalberto Cardoso

Juarez Rubens Brandão Lopes nasceu em Poços de Caldas, região sul de Minas Gerais, em outubro de 1925. Formou-se pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e depois de curto mas, segundo ele mesmo, fecundo período de estudos na Universidade de Chicago², onde defendeu seu mestrado, doutorou-se pela Universidade de São Paulo (USP) em 1964. Sua trajetória acadêmica sofreu alguns percalços, como era comum entre os pensadores de sua geração. Nos anos 1950, quando produziu as pesquisas hoje clássicas sobre a classe operária brasileira, a sociologia no país estava no berço, carente de institucionalização, e o golpe militar de 1964 tornaria muito difícil a consolidação de carreiras estáveis. Nos anos 1950 Juarez lecionou na Fundação Getúlio Vargas e na Escola de Sociologia e Política, ambas em São Paulo, vinculando-se à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 1962, pela qual chegou a Professor Titular em 1972. Em 1974 tornou-se professor de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma USP. Depois da aposentadoria, em 1983, vinculou-se à Universidade Estadual de Campinas, onde lecionaria até 1995.

Juarez foi um dos fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), ao lado de Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, José Arthur Giannotti, Elza Berquó e Candido Procópio F. de Camargo. Ainda que, nessa instituição, tenha pesquisado em várias áreas das ciências sociais, transitando com desenvoltura e relevância pelas so-

ciologias rural e urbana, publicando sobre estrutura agrária, pobreza, mudança social e políticas públicas, Juarez nunca abandonou os estudos do trabalho e a sociologia industrial. Nas décadas de 1970 e 1980 formou gerações sucessivas de pesquisadores nos programas de mestrado e doutorado da USP e da UNICAMP, sempre em diálogo com a produção internacional mais recente e relevante. Era reconhecido por todos como um dos fundadores da sociologia do trabalho no Brasil, e lutou de forma consistente para sua consolidação na pós-graduação do país.

O estudo que reproduzimos aqui apresenta um dos argumentos de maior impacto da sociologia brasileira da primeira metade dos anos 1960. Escrito com base em pesquisa realizada em 1957 e publicado em livro organizado por B. Hutchinson em 1960, de nome *Mobilidade e trabalho*, o artigo seria reeditado em 1964 numa obra ela mesma exemplar, *Sociedade industrial no Brasil*. Não é difícil aquilatar a influência desse artigo e, depois, do livro, na interpretação da sociedade do trabalho no país, já que boa parte da literatura dos anos 1960 e 1970 tomou-os, de um modo ou de outro, como referência.

No texto, Juarez Brandão Lopes se filia desde logo à tradição weberiana, tal como apropriada por Parsons nos Estados Unidos, e realiza um estudo típico de mudança social. Seu interesse são os ajustamentos de comportamento exigidos dos trabalhadores migrantes do campo quando incorporados à indústria, num processo que combina, em geral, mobilidade geográfica e mobilidade social, tendo, portanto, grande potencial para afetar a totalidade da vida das pessoas envolvidas.

Juarez opera com um conjunto de pressupostos muito sólidos, embora nem sempre explícitos em seu texto. Para ele, o Brasil estava às portas de se transformar numa sociedade industrial e, portanto, era essencial à sociologia compreender os mecanismos dessa transformação, sobretudo suas consequências para as populações que viviam do trabalho, no campo ou na cidade. Dominando com maestria a produção sociológica de seu tempo (em particular norte-americana) sobre o industrialismo, seus males e dilemas organizacionais e sociais, ele estava seguro de que a industrialização tinha vindo para ficar, e que transformaria para sempre a realidade brasileira (e também latino-americana) e os padrões de incorporação de sua população à dinâmica capitalista.

Seu arcabouço explicativo era simples e elegante, como de resto o eram as teorias da modernização. Ele partia de um tipo ideal de sociedade tradicional, na qual “os fatos econômicos derivam de um sistema de relações pessoais” (p. 18)³ e os princípios básicos que sustentam as tro-

cas são a reciprocidade e a redistribuição, e não o mercado. A matriz da explicação é Karl Polanyi e sua ideia de que a economia, nas sociedades tradicionais, está “submergida nas suas relações sociais” (p. 19), tradução de Juarez para a conhecida categoria polanyiana de “embeddedness”. Nessa sociedade o trabalho é assegurado pela obrigação moral das pessoas às normas da sobrevivência da comunidade, das quais dependem a autoestima, a satisfação das necessidades e a sobrevivência individual.

Essa sociedade contrapõe-se àquela em que o mercado é o fato central dos sistemas econômico e social. A “atividade aquisitiva é aprovada; a expectativa social é que as pessoas procurem a consecução dos seus interesses econômicos individuais. A conduta econômica (...) deve ser racional” (p. 21). O sistema econômico é aberto, já que cada qual busca sua própria satisfação individual, por contraposição ao relativo fechamento da sociedade tradicional, e o preço de mercado, e não normas sociais, é o principal elemento de coordenação das ações.

O objeto de pesquisa, então, está de antemão delineado: a vinda de pessoas das zonas rurais para as cidades é a passagem sem mediações de um ambiente próximo das sociedades tradicionais para outro, onde impera a economia racional de mercado. Isso gera um problema de ajustamento de expectativas e padrões de comportamento característico dos primórdios da industrialização no Brasil e do processo de construção da classe operária entre nós.

Para estudar essa questão Juarez elege uma fábrica de porte médio em São Paulo, na qual apenas 7,5% dos trabalhadores eram paulistanos. Outros 28% eram estrangeiros e os restantes 63%, migrantes nacionais, 21% dos quais do Nordeste. Em razão da grande concentração de nordestinos, Juarez reconstrói rapidamente a sociabilidade no meio rural de origem dos operários, para mostrar que eles de fato provinham de uma sociedade de tipo tradicional. E sustenta que haveria nas classes rurais, em especial as nordestinas, “um valor cultural de trabalhar por conta própria, ser independente, valer-se da própria iniciativa e não submeter-se diretamente a ninguém” (p. 30). Além disso, poucos trabalhadores tinham intenção de permanecer em São Paulo. Seu sonho era juntar algum dinheiro e retornar ao campo, onde haviam deixado suas famílias. Esse padrão se distinguia apenas em parte do caso dos migrantes do interior de São Paulo, que ficariam no destino “se desse certo”, mas voltariam, caso contrário (pp. 31-33).

Depois de mostrar que o migrante nordestino acaba se fixando na cidade – porque o trabalho em fábrica, apesar de tudo, é mais leve do que

o eito, e a comparação entre a vida atual, vista como difícil, com a vida anterior, vista como *muito* mais difícil e insegura, é favorável à cidade –, Juarez insiste em que “[a] orientação psicológica dos entrevistados de origem rural é claramente para fora do sistema industrial” (p. 37) e que o desejo de todos é o de “trabalhar por conta própria”, porque não se depende de horário ou de chefe. Juarez oferece, então, uma evidência interessante, da qual não retira as devidas consequências, mas que terá impacto duradouro sobre a sociologia brasileira posterior. Um cearense entrevistado diz, a certa altura, que “homem que pica cartão não tem futuro; pessoa que trabalha por conta própria é que pode melhorar” (p. 39). Juarez identifica, nessa fala, a expressão do desajustamento dos trabalhadores nordestinos de origem rural, de migração recente, à sociedade industrial em geral e à condição operária em particular. Ademais, atribui a esse desajustamento a dificuldade (ou virtual impossibilidade) de constituição, entre eles, de uma solidariedade de classe tipicamente operária, tal como a que se teria desenvolvido no modelo clássico de capitalismo industrial. A identificação com a condição operária seria mais comum entre os que conseguem consolidar uma “profissão”, isto é, tornar-se operários qualificados ou supervisores. Como estes postos de trabalho são escassos na indústria moderna estudada por Juarez, poucos entre os migrantes chegarão a eles, reduzindo as chances de que o tempo, ou a experiência operária, leve à identificação do trabalhador com esta condição.

Juarez oferece farto material empírico para comprovar seus achados, e tanto as evidências quanto as conclusões do estudo seriam apropriadas de diferentes maneiras pelas gerações de investigadores que o sucederam. Análise provocadora e alternativa do material empírico coletado por ele foi formulada por Alain Touraine, num texto também muito influente, denominado *Industrialização e consciência operária em São Paulo*, publicado em 1961 na revista *Sociologie du Travail*. Tendo por referência os trabalhos de Juarez, Fernando Henrique Cardoso (comentado mais adiante, e que por sua vez se baseava em Juarez) e o Florestan Fernandes de *Mudanças sociais no Brasil*, Touraine sustenta que o desejo de melhorar de vida, ao contrário do que queriam Juarez, Florestan ou F. H. Cardoso, é uma *conduta de mobilidade* (p. 396)⁴, expressão de atitudes modernas de certo tipo, que configurariam o que ele denominou “consciência de mobilidade”. Touraine concorda que o peso das tradições pré-industriais impede que esses trabalhadores se identifiquem com a classe operária. Mas as tradições, no Brasil em modernização, já não seriam expressão de arcaísmos de qualquer tipo. Ao contrário, os migran-

tes alimentariam “a crença, *que pode ser utópica*, nas chances que lhes oferecem a vida urbana e o trabalho industrial, uma vontade de mobilidade que não se satisfaz com um trabalho instável e não qualificado e que os conduz a esperar que um dia eles superarão a condição presente” (p. 396, grifo meu). Essa consciência de mobilidade é prenhe de consequências para a dinâmica social e política da classe operária, segundo Touraine, porque ela “se acompanha de uma relativa integração das atitudes, nas quais o aspecto mais frequente pode ser o *não conformismo utópico*, isto é, a união da submissão tradicional com a esperança nas possibilidades de ascensão do indivíduo e mais ainda de seus filhos” (p. 397, grifo no original). Nesse processo, a situação pretérita e a presente são reinterpretadas em função da esperança de melhoria de vida. E como essa consciência liga estreitamente a mobilidade individual e o desenvolvimento coletivo do país, a consequência é a legitimação da sociedade global, que fica, assim, protegida contra uma sublevação revolucionária.

Touraine agregaria outros argumentos importantes a esse diagnóstico, igualmente apropriados pelo debate posterior, como a ideia de que no Brasil a urbanização precedeu a industrialização, e com isso as massas vindas do campo não teriam encontrado na indústria seu destino primordial. Isso gerou marginalização e pobreza de grandes contingentes de trabalhadores, além de desigualdade e competição pelos poucos postos de trabalho industriais, contribuindo para manter os salários sempre baixos e frustrando as expectativas de mobilidade social, ou de melhoria de vida.

Essas duas interpretações, de Juarez Brandão Lopes e Alain Touraine, influenciaram fortemente a pesquisa posterior, se bem que de maneira talvez não antecipada pelos dois autores. Leôncio Martins Rodrigues, por exemplo, em pesquisas realizadas em fábricas de multinacionais de automóveis⁵, então tratadas como empregando o setor mais moderno do operariado, encontrou atitudes operárias tradicionais, consciência de mobilidade e aversão ao trabalho industrial, além de incapacidade de ação coletiva solidária e ausência de consciência de classe. Uma classe social, portanto, conformista e adepta da sociedade de consumo. Fernando Henrique Cardoso, com base nos mesmos estudos de Juarez e Touraine, sustentaria ideia ainda mais forte no seu *Proletariado no Brasil: situação e comportamento social*, publicado originalmente em 1962. Para ele, os trabalhadores rurais teriam deixado o campo menos em busca de ascensão social do que para fugir da miséria (Cardoso, 1969[1962]: 116), com o que seriam mais conformados diante do destino, e mais dis-

postos a aceitar as condições precárias de trabalho na indústria. A intensa migração do campo para a cidade, concentrada no tempo, teria produzido um “‘efeito de amortecimento’ sobre o grau de consciência da situação (...) e, conseqüentemente, sobre as possibilidades de empreendimento de ações reivindicatórias no plano da empresa e da sociedade global” (idem: 117). Por essa razão, ademais das apontadas por Juarez e Touraine, esse operariado dificilmente chegaria a agir conforme seu interesse específico de classe, não se colocando “a questão do Poder como a pedra de toque de uma ação proletária historicamente consciente de seu papel” (idem: 121).

Interessante notar, de passagem, que os estudos sobre o mundo do trabalho em vários países da América Latina faziam, no mesmo período, diagnósticos semelhantes sobre a condição operária. Em busca das possibilidades da revolução social no subcontinente, em 1967 Claudio Véllez publicaria o seu *The politics of conformity in Latin America*, no qual argumentava que o operariado da Região era politicamente conservador e socialmente conformista, uma “aristocracia” em mercados de trabalho altamente competitivos e majoritariamente informais, argumento semelhante ao elaborado por Martins Rodrigues. Landsberger (1967) concluiria, em obra também influente sobre as relações entre liderança e massa operária, que, mesmo quando ideologicamente orientados, os trabalhadores latino-americanos e suas lideranças nunca haviam sido “consistentemente capturados por ideologias extremistas” (p. 295). O populismo e os mecanismos de cooptação e “domesticação” das lideranças em países como Brasil, Argentina, Venezuela, Chile e México explicariam seu baixo potencial revolucionário.

A historiografia brasileira questionaria boa parte desses argumentos nos anos 1980, como é sabido. A partir do estudo fundador de Paoli *et al.* (1983), o encontro dos migrantes com o mundo do trabalho industrial deixou de ser tratado como *inautêntico*, por não resultar em atitudes revolucionárias de uma classe “consciente de seu papel”⁶. Segundo essa crítica (tributária da ideia thompsoniana de “experiência”), a classe operária no Brasil teria sido definida, por aqueles estudos, na negativa: não tinha consciência de classe, não era moderna, não era revolucionária, não tinha autonomia, era despolitizada etc. Impossível não concordar com essa interpretação. Contudo, parece-me que ela tampouco pode ser levada longe demais.

De fato, a concepção de Touraine de que os trabalhadores migrantes alimentaram uma “crença utópica” nas possibilidades de mobilidade

social, abertas pela sociedade brasileira em mudança, já estava subjacente ao argumento original de Juarez. Essa ideia se mostrou prenhe de consequências para a dinâmica social do país. O anseio de mobilidade social e a luta pelos direitos do trabalho constituíram o cerne da sociabilidade capitalista e da identidade dos trabalhadores brasileiros, como mostrou, pioneiramente, Maria Célia Paoli (1988)⁷, e não será exagerado dizer que o mesmo anseio e a mesma luta subjazem os processos de construção da ordem burguesa em muitos outros países do subcontinente. Esse processo foi intuído com grande sensibilidade por Juarez Brandão Lopes no artigo que o leitor tem em mãos.

Bibliografia

- Bastos, Elide R. *et al.* (2006), *Conversas com sociólogos*. São Paulo: Editora 34.
- Bergquist, Charles. (1988), *Los trabajadores en la historia latinoamericana. Estudios comparativos de Chile, Argentina, Venezuela y Colombia*. Colombia: Siglo Veintiuno.
- Cardoso, Adalberto M. (2010), *A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGV.
- Cardoso, Fernando H. (1969[1962]), “Proletariado no Brasil: situação e comportamento social”, in _____. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Gomes, Angela de C. (1988), *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ.
- Landsberger, Henry A. (1967), “The labor elite: is it revolutionary?”, in Seymour M. Lipset; Aldo Solari. (orgs.), *Elites in Latin America*. New York: Oxford University Press.
- Lopes, Juarez B. (2008), *Sociedade industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Disponível em http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=LOPES_Sociedade_industrial_no_Brasil.pdf_26_10_2008_16_01_59.pdf (Acesso em jun. 2011).
- Martins Rodrigues, Leôncio. (1966), *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

- . (1970), *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo: Brasiliense.
- Paoli, Maria C. (1988), *Labour, law and the State in Brazil, 1930-1950*. Tese de Doutorado em História. Birkbeck College, University of London.
- ; Sader, Eder S.; Telles, Vera da S. (1983), Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, Vol. 3, No. 6, pp. 129-149.
- Touraine, Alain. (1961), Industrialization et conscience ouvrière à São Paulo. *Sociologie du Travail*, Vol. 3, No. 4, oct-dec.
- Vélez, Claudio. (1967), *The politics of conformity in Latin America*. London: Oxford University Press.

NOTAS

1. As remissões a números de páginas que aparecem ao longo do artigo e em notas de rodapé são todas de Juarez, e se referem à versão publicada em www.bvce.org. Como o trabalho será editado em duas partes aqui, não é possível atualizar essas remissões para coincidir com as páginas da RELET. Além disso, mantivemos o formato original das referências bibliográficas, que ocorrem nas notas de pé de página. Mantivemos, ainda, a numeração de títulos e subtítulos originalmente dotada por Juarez, que difere do padrão da RELET.
2. Ver depoimento de Juarez em Bastos *et al.* (2006: 96).
3. Nesta análise utilizo a versão do texto publicada em Lopes (2008: 16-85), que será reproduzida neste e no próximo número de RELET. As citações trarão apenas o número das páginas.
4. As páginas se referem à edição original, Touraine (1961).
5. Muito especialmente, Martins Rodrigues (1966, 1970).
6. Ver também Gomes (1988). Boa revisão crítica para a América Latina é Bergquist (1988).
7. O tema é longamente desenvolvido em Cardoso (2010).

O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação

Juarez Rubens Brandão Lopes

(Primeira Parte)

1. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

O crescimento da indústria é, em São Paulo, o principal fator responsável pela mudança estrutural nas classes ocupacionais, principalmente nos níveis de trabalho semiqualficado e qualificado. Este estudo dedica-se ao exame de alguns aspectos da mobilidade ocasionada por essas modificações na estrutura de ocupações provocadas pela indústria. Entre as várias formas que assume esta mobilidade, focaliza este trabalho a passagem de lavrador (ou trabalhador de baixo *status* social e de comunidades semirrurais) para operador de máquina em fábrica e a ascensão de indivíduos, em muitos casos de origem, em última instância, rural e outras vezes também de origem estrangeira, ao nível de operário qualificado, o que se dá em geral depois de duas ou três gerações de ajustamento à vida urbana.

O centro de interesse é, portanto, o trabalhador brasileiro de origem rural próxima ou remota, embora às vezes seja ele de origem estrangeira. O problema em questão é o dos ajustamentos de comportamento no trabalho exigidos desse trabalhador, cuja mobilidade social tantas vezes se combina à geográfica. Foram examinados, primeiro, aspectos do trabalho e da vida dos operários brasileiros nascidos no campo, no seu

meio original e, depois da sua migração para a cidade, os fatores culturais que condicionam a sua permanência ou não na sociedade urbano-industrial. A mobilidade social, além de representar um movimento vertical de uma classe para outra, acarreta com o tempo uma mudança do comportamento da pessoa que sobe ou desce na estrutura social. Por isso, a seguir, foram considerados a conduta do operário semiqualficado no trabalho e os fatores sociais que determinam o seu nível de produtividade, inclusive a influência do controle social exercido pelo grupo, assim como a de valores tradicionais relativos ao trabalho. Foram focalizadas as possibilidades de ascenderem esses trabalhadores na indústria e de realizarem assim um ajustamento permanente, para afinal ser feita uma análise da origem social e do comportamento dos operários brasileiros que adquiriram um ofício qualificado e que representam um estágio adiantado desse ajustamento.

O fluxo de mobilidade examinado é o de indivíduos que realizam muitas vezes uma mudança radical de ambiente, transpondo literalmente em poucos dias várias épocas de evolução socioeconômica. Para o estudo sociológico deste processo de mudança e ajustamento, é necessário analisar, antes, a motivação e a conduta econômica em sociedades tradicionais e na urbano-industrial.

A pressuposição de que a ação econômica é racional, isto é, resulta do cálculo rotineiro de “custos” e “lucros”, pelo empresário, e de “vantagens” e “desvantagens” do emprego, pelo trabalhador, é a base da explicação teórica pela Economia do funcionamento do sistema capitalista.

Embora essa concepção do “homem econômico” seja satisfatória do ponto de vista da teoria econômica, ela não o é sob o da Sociologia. Para esta, o comportamento no trabalho, como qualquer outra ação humana, deve ser encarado como parte de uma estrutura institucional. Parsons¹, na sua análise da motivação das atividades econômicas, escreve que, em qualquer sociedade, as ações individuais são partes de uma estrutura social que compreende um sistema de papéis sociais, uma estrutura de autoridade e de direitos e uma escala de estratificação social. A ação econômica não é uma exceção; as expectativas de comportamento ligadas aos papéis ocupacionais, a autoridade do contramestre ou do empregador, o direito à estabilidade, as graduações sociais baseadas na renda ou no prestígio das ocupações etc. derivam de um corpo de normas institucionais que estruturam o comportamento do homem no trabalho. O aspecto subjetivo dessa estrutura social é constituído de sentimentos morais tais como: a indignação espontânea quando normas são transgre-

didadas por outrem, o sentimento de obrigação de respeitá-las e a sensação de culpa ao infringi-las. Em sistemas sociais funcionalmente integrados, os “interesses” dos indivíduos são geralmente consistentes com as normas institucionais, não só devido às sanções que a sua quebra provoca, mas também porque, tendo sido inculcadas na infância, fazem parte da personalidade.

Fundamentalmente, a motivação do trabalho é a mesma em todas as sociedades: a satisfação de necessidades e desejos, a autoestima, o reconhecimento social etc. As formas concretas, porém, em que esses motivos básicos se expressam dependem da sociedade e, por conseguinte, variam. Numa, à guisa de exemplo, o reconhecimento social é obtido pela obediência a normas tradicionais que prescrevem como deve ser realizado o trabalho; noutra, é a engenhosidade na descoberta de técnicas novas e mais eficientes que se valoriza. Particularmente, pode-se concluir que a prevalência do individualismo e racionalismo econômicos em um dado grupo é mais uma questão da sua estrutura social que da maior ou menor incidência de elementos “egoístas” na psicologia dos indivíduos².

Para alcançar-se o objetivo deste estudo, isto é, a análise do trabalho e da sua motivação no início do processo de industrialização, quando se está apenas a um passo de uma sociedade tradicional, é especialmente útil examinar a forma dada a estes fenômenos pela organização social. Uma tipologia da estrutura institucional dos interesses e atividades econômicos, baseada, em última análise, no contraste entre uma “economia tradicional” e uma “economia de mercado” servirá de arcabouço teórico para este trabalho³.

Primeiro, há o trabalho nas sociedades tradicionais. As técnicas e a divisão do trabalho, o ritmo das atividades e a autoridade sob a qual se organizam são prescritos tradicionalmente. Os fatos econômicos derivam de um sistema de relações pessoais. Nos casos mais simples, o grupo que produz é o mesmo que consome. Quando há trocas de bens e serviços entre essas unidades sociais, elas fazem parte de uma teia de obrigações recíprocas, ao invés de se efetuarem em um “mercado”, como na sociedade capitalista moderna⁴. Não é só o papel que cada pessoa, dependendo do seu *status* no grupo, tem no “processo de produção”, que é tradicional, mas também o que ela “recebe” no “processo de distribuição”. Os princípios básicos de comportamento que sustentam a ordem de produção e distribuição, segundo Polanyi⁵, são o de *reciprocidade*, quanto a presentes cerimoniais, prestação de serviços etc. (dependente

por sua vez da simetria que em geral existe nas partes componentes da organização social), e o da *redistribuição*, pelo qual os bens são compartilhados por meio de instituições tradicionais, como, por exemplo, a entrega, para redistribuição, da caça ao chefe do bando, pelos caçadores.

Em sociedades tradicionais, o homem tem “a sua economia submergida nas suas relações sociais”⁶. Isto não acontece apenas em sociedades de *folk*, mas também em sociedades bem mais heterogêneas e complexas, como é o caso de muitas das civilizações antigas e do mundo feudal.

A terra, o fulcro da ordem feudal, era a base dos sistemas militar, judiciário, administrativo e político; a sua condição legal e função eram determinadas por preceitos legais e costumeiros. O fato de ser ou não transferível a sua posse, e, no caso afirmativo, a quem e sob que restrições; que direitos a sua propriedade conferia; a que uso alguns de seus tipos podiam ser destinados – todos estes pontos estavam fora do sistema de compra e venda e sujeitos a uma regulamentação institucional de ordem inteiramente diversa⁷.

O mesmo acontecia com o trabalho sob o regime corporativo.

O trabalho, em sociedades tradicionais como essas, é assegurado não pela expectativa social de que os indivíduos agirão de modo a obter o máximo de recompensas materiais pelos seus esforços, mas sim por prescrições tradicionais que regulam a forma que esse trabalho deve assumir. A pessoa acha-se moralmente obrigada a tais normas, das quais dependem, em boa medida, a satisfação de suas necessidades, a sua autoestima e a obtenção da aprovação dos outros membros do grupo⁸.

Em contraposição, há o trabalho em sociedades baseadas numa economia de mercado⁹. Com este termo quer-se indicar não a simples existência de mercados – instituição encontrada nas mais variadas épocas e lugares –, mas a situação em que o mercado é o fato central dos sistemas econômico e social. Tal economia pressupõe uma organização institucional, da qual resulta um mercado livre em que bens e serviços, assim como o dinheiro, os meios de produção, a terra e o trabalho, são objeto de compra e venda. Historicamente, essa organização econômica surge com o desenvolvimento da liberdade formal no mercado, pela diminuição das restrições jurídicas e costumeiras à participação no mercado devidas ao *status* social, e com o seu alargamento, de maneira que muitas coisas, antes fora do comércio, passaram a ser objeto de troca. Na concepção ideal do sistema de livre concorrência, em que se desenvolveram plenamente essas tendências, a regulamentação governamental do mer-

cado é mínima e visa essencialmente garantir a sua liberdade formal. Neste caso, tanto a produção como a distribuição, ao invés de serem diretamente prescritas por valores e padrões da organização social, são controladas pelos preços do mercado; a produção, porque dos preços depende o lucro dos que dirigem as empresas; a distribuição, porque ela é determinada pela renda dos indivíduos (e não pelo seu *status*), renda que, em última análise, depende de “preços”, como sejam os salários, os lucros, os juros e os alugueres da terra.

Essa estrutura econômica tem como complemento essencial para o seu funcionamento um sistema de ideias e valores sociais. A atividade aquisitiva é aprovada; a expectativa social é que as pessoas procurem a consecução dos seus interesses econômicos individuais. A conduta econômica, segundo os padrões existentes nesse tipo de sociedade, deve ser racional, isto é, deve ser orientada pela ponderação sistemática de “meios”, para a escolha dos mais eficientes para a consecução dos fins em vista e, para isso, valorizam-se as inovações. Enquanto, nas sociedades tradicionais, os padrões prescrevem qual deve ser o conteúdo do comportamento, aqui apenas é especificada a forma racional da conduta; o seu conteúdo (os “meios” adotados para a realização dos próprios interesses) varia conforme as forças impessoais do mercado.

É claro que nenhuma sociedade pode estar inteiramente baseada no princípio do mercado. A questão é sempre de limites, de natureza¹⁰ e amplitude variáveis, dentro dos quais não só é legítimo, mas mesmo se espera, que as ações dos indivíduos, ao invés de serem determinadas pela tradição, sejam guiadas racionalmente pelos seus interesses econômicos.

A classe operária em São Paulo se está formando à custa da imigração estrangeira e, principalmente, de migrantes do Brasil rural. Este estudo trata, como já ficou dito, destes últimos. A vinda de um sem-número de pessoas das zonas rurais, para ocupar nas indústrias lugares que não exigem qualificação, cria problemas de ajustamento, cuja natureza se torna mais clara quando se considera que esses migrantes, no seu ambiente original, trabalhavam numa economia que se aproximava em maior ou menor grau do tipo encontrado em sociedades tradicionais e que, ao se juntarem ao operariado fabril da cidade de São Paulo, passaram a participar de uma economia racional de mercado.

É dentro deste quadro de referência que se estuda neste trabalho o ajustamento do homem de origem rural ao trabalho industrial. De início, analisam-se as condições que muitas vezes tornam instável o novo status

e os determinantes do seu comportamento na fábrica, e, em seguida, sob outro ângulo, examina-se a origem do operário qualificado brasileiro, para verificar a extensão do ajustamento efetuado no seu comportamento e quantas gerações o separam do mundo rural.

2. A FIXAÇÃO DO OPERÁRIO DE ORIGEM RURAL NA INDÚSTRIA

As mudanças econômicas e sociais resultantes do surto cafeeiro e da industrialização no Sul do Brasil criaram, para usar a expressão de Jacques Lambert, os “dois níveis da civilização brasileira” de hoje. As comunidades rurais, isoladas e tradicionais, dispersas pelo enorme território nacional e “que trazem ainda a marca do século XVI e da escravidão”, embora apresentem diferenças regionais de valores, padrões e estrutura social, contrastam claramente, como um todo, com o “Brasil novo”. Este resultou da quebra do isolamento provocada pelo impacto da agricultura e indústria modernas em partes do Sul e nos principais centros urbanos de outras regiões, onde as populações foram integradas numa sociedade mais heterogênea e complexa. O processo continua. Com o desenvolvimento econômico, novas partes do Brasil são incorporadas à sociedade urbano-industrial. Um aspecto desse quadro são as migrações internas, que significam “abandono do Brasil arcaico e incorporação ao novo”¹¹.

Elas fornecem parte preponderante da mão de obra da nova economia e incluem a migração nordestina, que, impulsionada pelas condições mesológicas daquela região, se dirige para a agricultura e indústria do Sul, bem como o êxodo de gente da zona rural circundante para as cidades, principalmente para as metrópoles.

Para examinar o problema do ajustamento desses rurícolas ao trabalho semiqualficado industrial, foi realizada em São Paulo uma pesquisa numa fábrica de tamanho médio. As conclusões deste trabalho são, portanto, na melhor das hipóteses, apenas parcialmente válidas, se se tratar de indústrias que atraem uma mão de obra diversa da estudada. Deve-se observar também que o fenômeno em questão inclui a transformação de pessoas, vindas do meio rural, em operários radicados na comunidade urbano-industrial e assimilados ao seu modo de vida, e o aparecimento de tradições, ideologias e formas de ação coletiva (econômica e política) que os unem e os distinguem dos outros grupos dessa comunidade. Examina-se, nesta parte do trabalho, apenas o aspecto desse pro-

cesso que trata da fixação do operariado de origem rural na moderna sociedade industrial.

2.1. Formação da fábrica estudada

A Companhia foi formada em São Paulo há alguns anos por brasileiros e europeus, estando estes últimos, no mesmo ramo industrial, no Brasil, desde o período imediatamente anterior à última guerra, com a assistência técnica de uma firma europeia. Essa firma enviou especialistas que, juntamente com outros europeus que já se encontravam em São Paulo e foram eventualmente empregados pela Companhia, ocupam hoje as principais posições técnicas e de chefia (gerente de produção, mestres e contramestres) e constituem a maior parte dos operários qualificados. Do ponto de vista étnico, portanto, o pessoal de nível inferior na hierarquia da fábrica é, em grande parte, brasileiro, e os que estão nos escalões superiores (a partir mesmo do nível de trabalhador qualificado), na maioria, são imigrantes recentes¹².

2.2. Natureza do processo de trabalho e qualificação exigida do trabalhador

Dois produtos são fabricados na Companhia. As oficinas constam das seguintes partes principais: fundição, quatro “linhas” de produção, seção de manutenção, seção de controle de ferramentas e de aparelhos de medida, ferramentaria e seção de testes (controle do produto acabado). Outras seções menores (almoxarifado, almoxarifado de ferramentas, depósito) completam o quadro.

O processo de produção é em série. As peças fundidas passam por uma “linha” de máquinas semiautomáticas (tornos, retíficas etc.), sendo uma ou duas operações executadas em cada uma delas por operários semiqualificados, ficando as peças prontas no fim da “linha”. “Controladores de máquina”, subordinados ao mestre da linha, ajustam as máquinas seguindo as especificações do desenho da peça a ser fabricada. “Controladores de relógio”, da seção de controle de ferramentas e aparelhos, ajustam os aparelhos de medida localizados ao lado de cada máquina, para que os operadores, de quando em quando, possam verificar se as operações que executam nas peças estão dentro dos limites de tolerância. “Controladores de qualidade”, pessoal mais qualificado da mesma seção, tomam a esmo peças semiacabadas e medem as operações executa-

das, diretamente na peça, a fim de descobrir a tempo erros e tomar as providências necessárias, entrando em contato com os controladores de máquina e de relógio, para que estes reajustem as máquinas ou aparelhos de medida. Finalmente, todas as dimensões da peça acabada são novamente verificadas na seção de testes.

Portanto, quase todo o trabalho nas oficinas, especialmente na fundição, nas linhas e na seção de testes, ou não exige qualificação ou é semiqualificado (neste último caso o operário geralmente o aprende em alguns dias ou, no máximo, semanas). O trabalho técnico e qualificado restringe-se, principalmente, ao dos mestres e contramestres, controladores de qualidade, e operários da ferramentaria e da seção de manutenção, ao todo, cerca de 18% do pessoal.

2.3. Origem dos trabalhadores

Os operários não qualificados e semiqualificados são pessoas que na sua quase totalidade vieram de fora da cidade de São Paulo; imigrantes estrangeiros constituem quase um quinto do total e migrantes brasi-

TABELA: Pessoal da Companhia (a), (fevereiro-abril 1957) (b)

Local de nascimento	Operários não qualificados e semiqualificados (N=329) %	Operários qualificados, controladores e contramestres (N=50) %	Mestres e técnicos (N=21) %	Total (N=400) (d) %
Cidade de São Paulo	7,0	14,0	–	7,5
Interior de São Paulo e em outros Estados, exceto o Nordeste (c)	48,9	22,0	4,8	43,3
Nordeste (c)	25,2	2,0	–	21,0
Países estrangeiros	18,9	62,0	95,2	28,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	82,3	12,5	5,2	100,0

(a) Excetuado o pessoal da administração e de vendas (44 pessoas).

(b) O quadro foi organizado na base de uma lista dos empregados “horistas” referente a fevereiro de 1957, e de uma lista dos mensalistas, referente ao fim de abril do mesmo ano.

(c) Incluída no Nordeste, a Bahia.

(d) Do total de 402, foram excluídos dois operários, um da Capital de São Paulo e outro de Minas Gerais, sobre os quais não havia dados para determinar o nível de qualificação.

leiros, quase três quartos (ver Tabela). Estes vieram, predominantemente, de sítios e fazendas ou de pequenas comunidades do interior. Podemos afirmar que a maioria dos trabalhadores não qualificados e operadores de máquina, talvez dois terços do total, veio para São Paulo diretamente do mundo rural. Por outro lado, no nível de operário qualificado, trabalho de supervisão e técnico, uma alta porcentagem é constituída de europeus (quase a metade dos quais alemães)¹³, provenientes de famílias de operários qualificados e de pequenos artesãos.

2.4. O meio rural de origem dos operários

É mister considerar, antes de mais nada, a proveniência dos operários de origem rural e uma breve descrição de alguns traços da sua vida naquele meio (o regime de trabalho rural, a noção de propriedade, a orientação ocupacional e os padrões de mobilidade), que são úteis para a compreensão do problema de sua fixação no ambiente urbano-industrial.

Esses trabalhadores podem ser divididos em dois grupos principais: dois terços, mais ou menos, nasceram no interior do Estado de São Paulo e em Estados vizinhos (Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná) e o restante, na Bahia e no Nordeste. Tanto uns como outros, em geral, trabalharam até adultos com suas famílias na lavoura. Alguns, em menor número, moraram até à adolescência em pequenas cidades ou vilas (suas famílias, entretanto, mantinham estreitas relações com o mundo agrícola) e aí tiveram seus primeiros empregos, em geral no comércio, antes de vir para São Paulo.

Os nordestinos (incluindo neste grupo os baianos), em sua maioria, provêm de famílias de sitiantes e, às vezes, de meeiros. O grupo de trabalho nas suas propriedades é a família numerosa, auxiliada, às vezes, no caso dos sitiantes, por uns poucos empregados. A agricultura é de subsistência; apenas “sobras” eventuais são vendidas nas feiras locais. Nas propriedades de alguns, porém, principalmente nas próximas da zona litorânea, fora do Polígono da Seca, uma parte maior da produção agrícola e da criação é destinada ao mercado. Por outro lado, os operários do interior de São Paulo, embora sejam muitas vezes, como os nordestinos, de famílias de sitiantes e de meeiros, devido à economia mais evoluída da região, plantavam em suas terras café ou algodão (bem como outros produtos) para o mercado, tendo as roças de “mantimentos” para consumo da família um papel secundário nas suas atividades agrícolas. São tam-

bém mais frequentes que no grupo do Nordeste os paulistas que eram camaradas ou colonos em fazendas.

Os migrantes paulistas e nordestinos distinguem-se, também, no que diz respeito à propriedade da terra que prevalece nas comunidades de origem. Em muitos lugares do Nordeste, a noção de propriedade do solo está em transição de uma propriedade coletiva familiar, na qual todos os membros têm direitos, para uma propriedade individual. Por morte do chefe da família a propriedade não é dividida, continua de todos. Mesmo que emigrem componentes da família, continua a viúva, auxiliada por alguns dos filhos, a viver no sítio, que é propriedade “de todos”¹⁴. Várias entrevistas refletem essa situação. Um operário, natural do Ceará, exemplifica: “Eu tenho um terreno. Meu irmão trabalha lá, o que ele tirar (da roça que fizer) é dele”. De fato, os seus irmãos, que são barbeiro e marceneiro na cidade de Mauriti, têm roças no “terreno” do pai, separadas da do mesmo¹⁵. Outros entrevistados nordestinos, vindos de lugares onde já há maior comercialização da agropecuária, contam casos em que eles, ou algum parente, vendem a sua parte da propriedade a irmãos, “para ficar na família”. A terra tornou-se aí objeto de propriedade individual.

No caso dos informantes vindos do interior de São Paulo, o filho, com o casamento, passa geralmente a ter, embora por vezes de uma forma imprecisa, uma economia separada da do resto da família.

G. A. casou-se aos 21 anos, quando seu pai vendeu o sítio que tinham perto de Novo Horizonte (São Paulo) e comprou outro em Maringá (Paraná). Junto com um seu cunhado foi “formar” uma plantação de café na terra do pai, com a combinação costumeira nesses casos: os “mantimentos” e o café que colhessem durante os quatro primeiros anos seriam deles. “Depois de formado o cafezal, íamos combinar como seria, mas veio a geada... Até os 21 anos, trabalhei para o meu pai; faz quatro anos que trabalho para mim.”

As atividades agrícolas dos nordestinos, como também, embora menos frequentemente, as dos migrantes do interior de São Paulo, aliam-se muitas vezes às comerciais. Os chefes das famílias de muitos operários ocupam-se ao mesmo tempo da lavoura e exercem profissões no pequeno centro comunal. O pai de um pernambucano, por exemplo, além de sitiante, era barbeiro “em casa e na feira”. O de um baiano era “fazendeiro e ambulante”. Um paulista, de Piracicaba, conta que seu pai tinha um sítio, mas que também trabalhava por conta própria, e acrescenta: “o sítio era para manter a família e os negocinhos eram para tocar a vida”.

Outras vezes, entretanto, um ou outro membro da família, ao invés de exercer ambas as atividades simultaneamente, abandona a lavoura para só dedicar-se a “negócios”. Abre então uma loja ou armazém de secos e molhados, ou, ainda, trabalha como intermediário na distribuição de produtos agrícolas. O pai de um operário de São Lourenço do Turvo (São Paulo), enquanto seus filhos arrendavam terras naquela localidade para plantar algodão, foi comprador “por conta própria” de aves e ovos para vender em São Paulo. No caso dos nordestinos, o comércio mais comumente exercido é o de ambulante que compra as mais variadas mercadorias, percorrendo a zona rural e as cidades das redondezas, para vendê-las nas feiras da região. A história de A. P., um cearense, ilustra esse tipo de atividade:

A. P. é o mais moço de três irmãos. Começou a trabalhar com 14 anos no sítio de seu pai. Aos 16 anos vendeu as cabeças de gado que tinha (criadas de “uma cabeça só” dada pelo seu padrinho) e começou “a andar na estrada, tangendo burro, negociando”. Comprava e vendia feijão, farinha, arroz, milho, amendoim. “Dava feira todo sábado em Cajazeiras, no Estado da Paraíba. Eu saía de casa na quinta-feira para chegar lá no sábado às 8 horas da manhã. Ia à feira de Cajazeiras e à de Lagoinhas, também no Estado da Paraíba.” Ficou nesta vida até os 20 anos, quando veio para São Paulo, porque teve prejuízos e “vivia desgostoso, porque não tinha mais os bens que tinha... Eu vivia naquele fracasso, no meio de minha família tudo mais ou menos...”.

Tanto entre os do Nordeste como entre os das zonas próximas da cidade de São Paulo, o maior número de operários brasileiros não qualificados e semiquilificados veio da lavoura. Há, entretanto, entrevistados que cresceram na sede da comunidade, onde começaram a trabalhar, muito embora a família ou parentes tivessem propriedades agrícolas. Balconista em loja ou armazém, trabalho braçal, ajudante ou pedreiro em construções, ajudante de caminhão e toda a sorte de pequenos empreendimentos comerciais (quitanda, empório etc.) constituem uma lista representativa das ocupações que esses operários tiveram antes de emigrar para o Sul.

A inclinação para atividades comerciais, que se nota tanto nos que vêm da lavoura como nos que moravam em pequenas cidades, é parte de um padrão de independência econômica difundido no Brasil¹⁶. Neste trabalho interessam as formas – que transparecem nos exemplos dados – que toma nas classes baixas rurais, principalmente no Nordeste, esse va-

lor cultural de trabalhar por conta própria, ser independente, valer-se da própria iniciativa e não se subordinar diretamente a ninguém.

2.5. *A migração*

No Nordeste implantou-se o padrão de migração para o Sul. Embora haja notícias de secas periódicas desde o início do século XVIII, parece que só no final do século passado a fuga à inclemência do meio levou os flagelados a sair da região. Primeiro foi a Amazônia e a borracha que atraíram os nordestinos; agora, São Paulo, com os seus cafezais e indústria. Hoje a migração tornou-se talvez mais contínua, não se restringindo apenas aos períodos de seca.

Os nordestinos da fábrica migraram para o Sul, em geral jovens (16 a 22 anos) e sem intenção de se radicar fora de sua terra, mas para “conseguir a vida” e depois voltar. Muitas vezes sós, outras com um parente ou conhecido, raramente vieram acompanhados de várias pessoas da família¹⁷. Quando se lhes pergunta por que vieram para São Paulo, quase invariavelmente respondem: “ilusão... para melhorar”. O desequilíbrio entre a população e os meios de subsistência é o fator determinante do abandono da terra. Entretanto, o conhecimento de alternativas – a “ilusão” (fama) das cidades do Sul – e o valor a elas atribuído são essenciais para explicar a direção da migração e a presteza com que se lança mão desse recurso, quando o meio ameaça negar o necessário à vida. Não só a seca, mas um “inverno atrapalhado”, ou que demora, lança os mais jovens, que são os que têm maior possibilidade de arranjar trabalho, em direção às cidades ou ao Sul¹⁸. Embora, pois, os motivos econômicos da migração sejam os mais importantes (a “melhoria da vida”), o espírito de aventura, a vontade de conhecer mundo, conhecer São Paulo de que tanto se fala, também aparecem nas entrevistas com esses operários nordestinos. “Vim à toa”, diz um baiano: “Rapaz solteiro, sabe como é, quer conhecer mundo. Eu sempre gostei de andar, de conhecer mais mundo”. Informantes, às vezes, chegam mesmo a salientar que vieram “sem precisão”. Um baiano, que veio com um amigo e um primo, diz: “Eu era o único daqueles que vieram de lá que não precisava vir para aqui. Meu primo já precisava porque ele trabalhava *mesmo*, não como eu (que trabalhava numa loja), mas trabalho mais braçal”¹⁹.

A vinda para São Paulo precisa ser vista, também, como parte da mobilidade dos membros das famílias destes operários. Os entrevistados, muitas vezes, já tinham, antes de virem para cá, saído de sua comu-

nidade e ido para outras cidades ou mesmo para outros Estados e, frequentemente, não são eles os únicos da família a sair de casa. As suas famílias, às vezes, têm vários de seus membros fora da propriedade rural.

Entretanto, embora alguns dos seus membros emigrem temporariamente, a família nordestina é presa à terra. No caso dos migrantes paulistas, é o próprio grupo familiar que é às vezes desarraigado. A mobilidade na região é processo, pode-se assim dizer, inerente à própria natureza da sociedade que aí se formou. O desbravamento da maior parte do Estado, assim como do norte do Paraná, que se fez em função de uma lavoura e pecuária para o mercado e utilizando-se de técnicas agrícolas não intensivas, é coisa dos últimos setenta anos. O processo, que ainda continua, deu-se por meio de uma contínua migração das zonas velhas para as novas, engrossada, primeiro, pela imigração estrangeira e, depois da segunda década deste século, pela migração interna. O rápido esgotamento das terras e a competição com áreas mais produtivas a oeste ou com o norte do Paraná fazem com que zonas, ontem pioneiras, já tenham estacionado ou estejam mesmo a perder população. Há um contínuo movimento de zona para zona e há também um refluxo migratório em direção a São Paulo.

Uma parte considerável dos migrantes do interior do Estado na Companhia veio justamente de zonas cuja colonização começou há pouco mais de meio século (além de São Manuel e Ribeirão Preto), mas que na década de 1940-50 já apresentavam um *déficit* demográfico. As entrevistas com esses operários revelam, como era de esperar pelo acima exposto, uma mobilidade de toda a família, de uma zona rural para outra. Veja-se o caso de P. A.

Seu pai tinha um sítio de café em São Lourenço do Turvo, no município de Matão. Com a crise do café, vendeu a propriedade e vieram para São Caetano do Sul em 1935, mas ficaram apenas três meses e voltaram para São Lourenço. Seguiu-se um período em que trabalharam, por vezes a família toda, outras apenas os filhos, como arrendatários ou colonos, na cultura de café e de algodão, sucessivamente, em São Lourenço, Vera Cruz, Iacri e Tupã. Depois de casar-se, P. A. veio para São Paulo, em 1949.

O migrante do interior de São Paulo, mais frequentemente do que os nordestinos, veio com toda a família com a intenção de aqui permanecer “se der certo”. São bem mais raros os que migram sozinhos e solteiros. O motivo da mudança para cá é quase sempre a ideia de “tentar a vida na Capital” ou ver se conseguem melhores condições de trabalho. A mi-

gração para esses operários não foi uma mudança tão radical como para os nordestinos. Além do desnível cultural e econômico do meio de origem para o urbano não ser tão grande, tinham, frequentemente, parentes já radicados aqui. A volta para sua terra, “se não der certo”, ou “não se acostumarem”, é relativamente fácil.

Alta proporção dos operários da fábrica é recém-vinda da lavoura e de pequenas cidades do interior brasileiro. Os dados já apresentados sugerem várias ideias pertinentes à fixação de uma mão de obra como essa nas indústrias paulistas. Há bastante diferença entre o paulista, mais acostumado com uma agricultura de mercado e com a mobilidade, e o homem nordestino, vinculado à economia de quase subsistência do sertão²⁰. Entretanto, comparado com o da cidade de São Paulo, o horizonte de um e de outro, embora em grau variável, é fechado e tradicional, sendo de esperar que desse fato resultem obstáculos ao ajustamento dos migrantes ao ambiente impessoal e dinâmico da metrópole. Boa parte dos nordestinos, além disso, não vem com intenção de ficar em São Paulo, mas sim de fazer economias e retornar à sua terra. O fato de nem toda a família abandonar a propriedade no Nordeste, ou mesmo, quando o faz, de não vender seu pedaço de terra, facilita a volta no caso de necessidade, mesmo que aqui resida há vários anos e seja de esperar que se radique. Por outro lado, outro fator possível de instabilidade na indústria resulta do valor dado por esses campônios, paulistas ou nordestinos, às atividades comerciais em pequena escala, mormente considerando-se as oportunidades para pequenos negócios existentes na grande cidade.

2.6. Fixação no meio urbano-industrial

Quão estável é a mudança de *status* desses camponeses e desses habitantes de comunidades quase rurais que vêm para as fábricas paulistas? Só com a sua permanência em emprego industrial pode-se esperar com o tempo a transformação de seu comportamento, que consolidará o novo *status*. É preciso, portanto, responder à pergunta: fixa-se a mão de obra de origem rural no meio urbano e industrial?

Observando-se os empregos dos entrevistados desde que chegaram pela primeira vez a São Paulo, verificam-se muitas vezes frequentes mudanças de ocupação, não só de um ramo industrial para outro, o que era de qualquer modo de esperar, devido à falta de qualificação dos operários empregados numa produção em série, mas também de fábricas para lojas ou para ocupações marginais, como vendedores ambulantes,

sob comissão ou por conta própria, ou ainda saindo da cidade para voltar novamente para a lavoura. Isto é exemplificado pelas listas abaixo dos empregos ocupados em São Paulo por alguns dos informantes, nas quais são indicadas as vezes que voltaram à terra natal e, entre parênteses, o tempo aproximado de permanência em cada ocupação e na zona rural, segundo informações do próprio entrevistado:

S. A. D. (Ibicaraí, Bahia): Operário (1 ano e meio) – Volta ao sítio na Bahia (21 dias) – Vendedor na base de comissão, em porta de loja (1 ano) – Operário (4 anos).

C. C. F. (Jaú, São Paulo): Lavador em empresa de ônibus (3 meses) – Operário (8 anos) – Sítio (2 anos) – Operário (2 meses) – Operário (2 anos).

J. J. (Ibiquiara, Bahia): Servente de pedreiro (2 meses) – Aprendiz de padeiro (2 semanas) – Operário (1 ano e meio) – Vendedor praticista na base de comissão (?) – Operário (15 dias) – Operário (2 anos e meio).

C. E. A. (Correntes, Pernambuco): Meeiro em Pompeia, São Paulo (1 ano) – Volta ao sítio em Pernambuco (4 meses) – Operário (1 mês) – Arrendatário em Osvaldo Cruz, São Paulo (1 ano e meio) – Operário (1 ano) – Operário (6 meses).

S. N. G. (Tambaú, São Paulo): Operário (3 anos) – Operário (10 meses) – Empregado no comércio (1 ano e meio) – Operário (1 ano e 3 meses) – Operário (4 anos).

O primeiro aspecto do problema é a fixação no meio urbano. Entre os nordestinos que, como já foi apontado, não vêm com ideia de ficar, a mobilidade da cidade para o campo e vice-versa é comum. Não são raros os que várias vezes vieram para São Paulo. Depois de ficarem um certo tempo, que pode durar até vários anos, voltam para sua terra natal ou por ocasião de férias, ou quando são despedidos de um emprego, ou ainda quando “pedem a conta”, com esse objetivo. Mais tarde retomam, podendo o ciclo repetir-se diversas vezes até se prenderem à cidade ou à zona rural de origem.

Em alguns casos, o migrante, seja do interior do Estado ou do Nordeste, estranhou de tal forma São Paulo na primeira vinda, que aqui ficou apenas alguns dias, permanecendo mais tempo só numa segunda viagem.

L. P. A., de Inajá, Pernambuco, onde sua família tem um sítio (terra “quase tudo seca”), veio sozinho, quando tinha 26 anos de idade, para “ver se melhorava a vida”, mas ficou apenas seis dias “porque (achou) a vida agitada, não (gostou)”. Voltou novamente três anos mais tarde e foi

para o interior do Estado, mas “não deu certo” e depois de um mês estava na Capital. Ficou dessa vez mais de um ano, mas, quando foi dispensado, em agosto de 1956, voltou para o Norte.

C. C. F., que era camarada em uma fazenda perto de Jaú (São Paulo), veio para a Capital em 1924, quando tinha 20 anos. Ele conta: “Não acostumei... Vivía no sertão, criando gado, cheguei aqui e senti muita falta daquela vida”. Ficou apenas uma semana. Voltou novamente para São Paulo em 1943, onde está desde então, com exceção de dois anos durante os quais foi para um sítio.

Vencidas as dificuldades iniciais, a atração da vida da cidade, principalmente para os jovens e solteiros (“quando se chega em São Paulo”, disse um sitiante baiano, “não dá mais vontade de ir embora”), e a comparação do trabalho urbano com o agrícola são fatores importantes para a fixação na cidade. Entre os que trabalharam na terra, esta tarefa é considerada, quase sem exceção, como muito mais árdua do que qualquer serviço na cidade, mesmo que sejam longas as horas de trabalho. Trabalhar debaixo de sol e chuva ou no orvalho da manhã é continuamente lembrado como simbolizando a luta na lavoura. Um paulista, para explicar a decisão de mudar-se para a Capital, alude ao dó que sentia ao ver “aquelas (suas) filhas todas, trabalhando, cortando cana” no orvalho da manhã. Outro afirma que “na lavoura não tem horário para começar, mas (também) não tem para acabar”. Assevera um cearense que “na roça é muito duro” e acrescenta logo: “Não é questão de disposição para o trabalho, que isso eu tenho, mas de ter muito trabalho perdido” (a incerteza da recompensa da faina do campo é frequentemente lembrada, especialmente pelos nordestinos). Ninguém hesita em dizer que na fábrica, onde trabalham dez horas por dia, “é muito mais folgado”.

Os problemas enfrentados pelo migrante na cidade e, com a gradual acomodação a essa vida, o seu desligamento da rural, são ilustrados pela história de S. N. A., de Santa Rita do Passa-Quatro (São Paulo): “Nos primeiros meses”, diz S.N.A., “eu não me conformava em ficar separado de minha família. Antes (no interior) a gente se via de manhã à noite. Sou muito enérgico com as minhas filhas. Eu (no emprego) ficava pensando nelas: que estão fazendo, que está acontecendo? Eu, no meio de gente estranha, achava tudo muito sem jeito. Quis voltar”.

Depois de estar um ano aqui, ficou aborrecido com desavenças que teve com seu senhorio, que queria aumentar o aluguel, resolveu voltar para a fazenda onde havia trabalhado oito anos e foi até lá. Conversando com seu ex-chefe, pensava: “Será que vou pegar na enxada, carpir

cana?” Voltou para São Paulo. Aqui está há onze anos, tendo ido à sua terra algumas vezes para passear. “A última vez que fui, foi há três anos. Vai... estranha. Casa, tudo sujo. A gente já desambientou daquilo. Lâmparina, tudo escuro. A gente estranha muito.”

Às vezes, mesmo quando continuam com a intenção de economizar e eventualmente voltar para sua terra e reiniciar em melhores condições a lavoura, ou, mais frequentemente, começar um “negócio”, não conseguem poupar o suficiente e vão ficando.

Um cearense, A. P., que veio em 1949 com 20 anos de idade, depois de ficar três anos e meio numa firma em Santos, “arrumou” para o chefe mandá-lo embora e recebeu mais de treze mil e quinhentos cruzeiros. “Eu estava para ir embora e não voltar mais aqui, conta, mas cheguei lá (no sítio de seus pais, em Mauriti) e achei tudo mudado. Meus parentes tudo bem de vida e eu só com dinheiro micho, não dava para começar nada.” E explica o que achou diferente: “As coisas, tudo caro. Os modos do terreno estavam mudados. Quando saí tinha muita benfeitoria; depois meu pai ficou sozinho, as frutas, estava tudo quase só mato. Outra coisa: o clima de lá. Eu já estava acostumado aqui; achei muito quente lá”.

Entretanto, principalmente para os nordestinos, que têm alguém da família permanecendo no sítio, mesmo aqueles que não têm “mais vontade de ir embora”, a propriedade rural da família oferece sempre uma alternativa que é preferida ao desemprego²¹. Pessoas que há anos estão em São Paulo olham para o sítio da família como coisa sua, com que podem contar. Assim, o sistema de propriedade coletiva, antes referido, em que as terras são “comuns” a todos da família, serve como um elo que une o operário ao mundo rural. Um baiano que está aqui há quase oito anos, tendo neste tempo casado com uma paulista e voltado à sua terra apenas para uma curta visita, refere-se ao sítio de seus pais com as seguintes palavras: “Está guardado, tem quem olhe...” (se eu voltar, está lá).

O casamento e aquisição de propriedade são para os nordestinos outros fatores, além dos já mencionados, que levam à sua fixação na cidade; e para os do interior do Estado, “acostumar-se” e conseguir emprego. Mesmo que o migrante rural se radique em São Paulo, entretanto, isto não significa, necessariamente, permanência em trabalho industrial²². A orientação psicológica dos entrevistados de origem rural é claramente para fora do sistema industrial.

Muitos declaram que “a ser empregado é melhor na fábrica do que na roça”, mas com isto se referem ao esforço exigido pela lida no campo,

às condições debaixo das quais é executada (sol e chuva) e à incerteza do resultado. Quando afirmam que trabalhar “no que é da gente” (no campo) é preferível a trabalhar “de empregado”, é a independência do trabalho agrícola que valorizam. Um operário, que trabalha “de empreitada” numa fazenda do interior de São Paulo, diz que lhe custou acostumar-se com “não poder sair” (da fábrica) e explica: “No interior estava trabalhando e a gente resolvia: bem, vou embora, preciso ir para o comércio (cidade)”. Seu pai conta:

Uma vez na fábrica R. (primeiro emprego que teve em São Caetano, depois de aqui chegar há dez anos) fiquei olhando, aquelas paredes... e disse para o chefe: faz minha saída, vou embora. Ele disse que não. Não quer dar, eu saio, falei, não estamos na escravidão! Ele fez a saída, falando: este povo do interior é uma coisa. Saí, respirei aquele ar puro. Depois é que fui pensar: fui perder aquelas cinco horas de serviço; foi só aquela vez. (Acrescenta): Lá (no interior) a gente tem liberdade, aqui não tem.

Um baiano, J. J., de Ibiquiara, que saiu de sua terra há quase 14 anos e casou-se com uma mineira, declara:

Olha, eu tenho muita vontade de ir para o sítio de meu sogro. Tenho muita vontade de trabalhar na lavoura; quem trabalha na lavoura pode fazer comércio junto. Mas não como empregado. Eu tenho de ver o negócio ir para a frente. Se tivesse dinheiro, os meus planos eram outros, tocar uma grande lavoura, comércio... Eu estou aqui porque sou obrigado. É onde a gente tem mais oportunidade de ganhar, não é?

Outros, principalmente devido à insegurança da atividade agrícola, mesmo que a família tenha propriedade rural, preferem ocupações na cidade, afirmando, como um pernambucano, que aqui “a gente já sabe o que está ganhando e na roça não sabe. O dinheiro total é uma certeza e na roça é uma aventura”. Aqueles que vieram de pequenas cidades e nunca trabalharam no campo têm também, em geral, em muito pouca conta essa atividade. Todos, entretanto, sem exceção, revelam a atração que sobre eles exerce o trabalho “por conta própria”²³; atração que se faz sentir mais forte sobre os nordestinos, mas em grau menor sobre todos. Um pernambucano, por exemplo, confessa em tom desesperançado: “Vou falar para o senhor, se eu pudesse, eu gostaria de trabalhar por minha conta; qualquer coisa que eu mandasse, pode ser qualquer coisa, um empório, um bar, qualquer coisa aí meu, ninguém manda lá, não é?”

A liberdade de quem negocia ou se estabelece “por sua conta” é o tema dominante. Um operário do interior de São Paulo salienta que quem trabalha por conta própria “não depende de horário, não depende de che-

fe”. Outro, cearense, de Jucás, afirma que a razão de “estar enfrentando as horas (de trabalho) de noite”²⁴ é para poder entrar no comércio; e assevera: “Homem que pica cartão não tem futuro; pessoa que trabalha por conta própria é que pode melhorar”.

O trabalho, que querem ter por conta própria, varia. Este, que jamais negociou e acha que “de vinte mil cruzeiros em diante, qualquer coisa, para lá (onde mora), dá”, provavelmente planeja ser “ambulante”, profissão com a qual está familiarizado em sua terra. Para aquele, é “uma quitandazinha, uma viração”. Outro, que tomou conta da loja de seu avô, numa pequena cidade da Bahia, pensa em “conseguir comprar um carro e trabalhar por sua conta”. Disse também: “Se conseguisse capital (voltaria para o Norte), para me estabelecer, não na minha terra, mas noutra cidade, mais civilizada; a minha terra, sabe como é, é um pouco atrasada”. Ainda outro, do Ceará, tem “vontade de montar uma oficina de móveis”. Já comprou um motor e calcula que, para principiar, precisaria pelo menos de uns cem contos.

Às vezes o operário, sem largar o emprego, aproveita o tempo livre para fazer negócios ou trabalhar como vendedor ambulante. Um baiano, por exemplo, vende terrenos; dois irmãos operários, no sábado e domingo, trabalham com os outros irmãos, que são vendedores ambulantes de roupas.

Como era de esperar, os entrevistados, muitas vezes, procuram entrar, com ou sem sucesso, em ocupações por “conta própria” (ver exemplos nas p. 34-35).

Os colegas de A. S., natural de São Paulo, contam que ele estava fazendo dívidas, o seu salário não dava e pensou que, sendo mandado embora, com o dinheiro que recebesse de indenização, poderia começar a negociar com alguma coisa. Ele, embora não diminuísse a produção, quando a máquina tinha qualquer defeito, parava e sentava²⁵. Foi mandado embora no “corte” havido no começo de 1957, mas “parece”, diz o informante, “que já gastou quase tudo e não dá mais para negociar” (recebeu 45 mil cruzeiros).

Um operário paulista, filho de italianos, depois de despedido, com os 22 mil cruzeiros que recebeu de indenização, foi vender roupas na feira, com seu sogro; outro, mineiro, que era encarregado do grupo de eletricitistas na fábrica, saiu para abrir uma oficina de eletricidade; um terceiro, de Piracicaba, conta que saiu espontaneamente de outra fábrica onde era torneiro, com a ideia de comprar um bar, mas que não deu certo, por-

que a pessoa com quem ia formar uma sociedade não quis entrar com capital.

Além da possibilidade de economizar do salário o capital necessário para sair da condição de operário, o que provavelmente dará apenas o suficiente para mascatear em pequena escala, vender doces na rua etc.²⁶, existe a oportunidade, que é a mais importante, de obter esse capital com a indenização salarial em caso de dispensa de emprego. Por isso, evitam pedir demissão, mesmo que queiram voltar para sua terra, “para não perder os anos que têm de casa”. Chegam mesmo, às vezes, a pedir que sejam despedidos, a fim de receberem a indenização (ver o caso de A. S.; nota de rodapé nº 25)²⁷.

Este relato da orientação ocupacional²⁸ de operários vindos, na maior parte, do meio rural, mostra a sua predisposição para abandonar a estrutura industrial, voltando para a zona rural de origem, a fim de adquirir uma propriedade ou dedicar-se a atividades comerciais, ou permanecendo no meio urbano, para aqui dedicar-se a “negócios”. Nem todos conseguem, é claro, esse objetivo. Nem por isso perde esta orientação cultural a importância, pois a sua influência faz-se sentir nas muitas tentativas dos operários, embora malogradas, de abandono da condição de operário industrial ou mesmo no seu comportamento diário dentro da fábrica²⁹. Qualquer descontentamento, sejam quais forem os motivos (não ser aumentado, ter atrito com o chefe etc.), traz à tona a vontade de sair e tornar-se independente.

M. M. S., um informante da Bahia, diz que, em 1955, estava resolvido a sair da fábrica e “fazer um acordo”, para obter parte da indenização. Fez um curso de motorista profissional e pretendia tirar a carta, dar entrada em um carro e trabalhar na praça. “Era preferível, esclarece, trabalhar bastante, mas por conta própria, do que ter de trabalhar de noite e ficar marcando o passo” (não melhorar nem em posição nem em salário). Quando tirou a carta definitiva, já era o fim do ano e recebeu um abono de 10 mil cruzeiros. Resolveu: “Já que me deram dez contos, eu fico”.

Esse mesmo operário relata: “Antigamente quando eu tinha de trabalhar de noite, (isso) era motivo grande” para querer ser mandado embora e receber indenização. “A gente (neste caso) conversa com os outros ou com o próprio chefe: Eu gostaria de ser mandado embora e receber toda indenização por lei; prefiro a trabalhar de noite. Falei muitas vezes. Agora, que o trabalho é só de dia, eu não falo mais”.

Mesmo neste operário, que já está há sete anos na fábrica e que ficou noivo em São Paulo, estando, portanto, relativamente ajustado à es-

trutura urbana e industrial, em períodos de insatisfação (trabalho noturno, “marcar passo”), reaparece a vontade de dedicar-se a atividades “por conta própria”, com a conseqüente mudança de comportamento na fábrica.

Nota-se uma assimilação de certos valores próprios do meio industrial e uma fixação incipiente neste meio, no prestígio atribuído, a “ter uma profissão” ou ofício, por operários semiqualeificados, adestrados no manejo de máquinas semiautomáticas.

M. L. E., um faxineiro vindo do Ceará, confessa em tom amargo:

Eu queria ser classificado: meio-oficial, torneiro e centrador (funções, na realidade, semiqualeificadas) são as coisas que eu quero. Precisa pedir ao chefe, mas se a gente pede, tem de deixar a carteira lá e eles põem “ajudante”. Isto eu não quero, queria que pusesse uma profissão; “ajudante” não é profissão.

Ser “classificado” numa “profissão” não significa, necessariamente, aumento de salário; mas, no caso de mudança de emprego, a possibilidade de arranjar mais facilmente um outro ou mesmo entrar ganhando mais do que o salário mínimo³⁰.

A preocupação de manter, pelo menos na aparência, a mesma “profissão” transparece também no caso de P. P. S., vindo do interior de São Paulo, que, embora desde os 15 até os 34 anos, a maior parte do tempo, tenha trabalhado em mecânica (plainador e torneiro), exerceu também outras atividades (mascate, condutor de bonde, apontador em “construção”). Tendo saído da fábrica, onde estava como torneiro, trabalhou durante cinco meses, como ajudante de carpinteiro, empreitando serviço: “Trabalhava 15 dias com um, um mês com outro, só para não fichar na caderneta”, e explica: “Se ficha torneiro, depois ajudante, depois servente, fica mal, não?”

A identificação com o emprego industrial parece surgir com a aquisição de qualificação em ofício industrial ou com a obtenção dos primeiros postos de supervisão na hierarquia da fábrica. O primeiro caso, entre os que têm origem rural, é extremamente raro. Quase todos os operários qualificados brasileiros estão afastados do trabalho agrícola há mais de duas gerações (os estrangeiros, provavelmente, mais). De qualquer forma, a aquisição de qualificação ou a passagem para controlador ou contramestre, se, por um lado, tende a fixar a pessoa no meio industrial, por outro, a separa dos operários semiqualeificados e não qualificados, com os quais deixa de se identificar. Todos esses problemas são tratados na parte final deste trabalho (pp. 74-84).

2.7. Conclusão

As indústrias tecnicamente mais modernas de São Paulo, em que as funções do processo de produção foram subdivididas de tal forma que podem ser executadas por pessoas sem qualquer experiência industrial, atraem em alta proporção um operariado de origem rural. Além do elemento humano fornecido pelo êxodo rural-urbano na região, recebe a cidade a migração nordestina. Desses migrantes, os que se empregam na indústria resultam, provavelmente, de um peneiramento que exclui aqueles que vêm das camadas inferiores da população rural e das áreas mais isoladas.

Embora, por isso, muitos dos que estão na indústria, mesmo entre os nordestinos, não tenham emigrado devido a uma necessidade premente, quase sempre, tanto os do interior de São Paulo como os do Nordeste, dirigiram-se para a metrópole paulistana à procura de melhores oportunidades de trabalho. Muitos deles, principalmente entre os nordestinos, pretendem, com as economias feitas na cidade, voltar para a agricultura ou entrar no comércio em sua terra natal. De qualquer modo, venham com a intenção de ficar na metrópole ou com a ideia de, com o que aí ganharem, melhorar a sua situação em sua terra, o desejo dominante de todos é de ser “independentes”. Esse valor expressa-se de muitas formas. A lavoura em sua propriedade quando as condições são recompensadoras, a empreitada na agricultura, o ofício de pintor ou de eletricitista independente, o de dono de caminhão, e as múltiplas pequenas atividades comerciais, são todos trabalhos “por conta própria” em que o indivíduo não recebe ordens, nem presta contas, segundo seu modo de ver, a ninguém.

Essa independência, portanto, não pode ser encontrada dentro da estrutura industrial. O emprego fabril, a legislação trabalhista e o sindicato são usados por eles com a finalidade de virem a ter o suficiente para trabalhar “por sua conta”. Com as economias que fazem e com a quantia recebida de indenização no caso de dispensa de emprego, tentam a sorte na cidade de São Paulo, como vendedores ambulantes, praticistas sob comissão ou em ocupações marginais (venda de mercadorias na rua, toda sorte de “bicos” e “virações”). Quanto mais altas as aspirações do operário (as dos que almejam, por exemplo, ter quitandas, bares, empórios), tanto menores as possibilidades no meio urbano. São mais acessíveis as oportunidades nas comunidades de origem; donde resulta um refluxo migratório, principalmente quando se tornam mais difíceis as condições de emprego em São Paulo. Ao invés do desemprego, portanto, a depres-

são do mercado tende a aumentar a corrente de retorno às zonas rurais ou, pelo menos, a diminuir ou estancar a migração para São Paulo.

Mesmo quando permanecem por longo período de tempo em fábricas, os migrantes rurais, estando, por assim dizer, subjetivamente orientados para fora da indústria, não se identificam com a condição de operário. Essa valorização de determinadas atividades econômicas enfraquece a ação coletiva desses operários³¹ e tem, portanto, uma função semelhante à da fronteira econômica na história da classe operária americana. Vários analistas mostraram que, nos Estados Unidos, as possibilidades de migração para oeste e de mobilidade vertical (real numa economia em expansão) retardaram o aparecimento da consciência de classe, pois a expectativa dos trabalhadores de eles ou de seus filhos subirem de classe e deixarem de ser operários fazia com que não se identificassem com a condição e, por conseguinte, com a ação operária.

Para a indústria, a consequência dos valores culturais dos migrantes rurais é a instabilidade da mão de obra e o alto índice de *turnover*. Nota-se certa fixação no meio industrial, embora precária, com a passagem para a categoria de operário qualificado ou para posições de supervisão. O aparecimento de uma mão de obra fabril estável parece depender, entre outros fatores, das possibilidades de mobilidade do operário de origem rural dentro da estrutura industrial. Entretanto, antes de uma segunda geração, esta estabilização será provavelmente limitada por certos fatores. *Primeiro*, o fato de não terem esses operários senão rudimentos escolares, enquanto para chegarem a operário qualificado ou a supervisor precisariam pelo menos de educação primária (a fim de poderem ler desenhos etc.). *Segundo*, ser baixa a proporção do pessoal acima do nível semiquualificado nas indústrias mais modernas, mormente nas de produção em série, o que limita enormemente o número dos que têm possibilidades de ascensão.

(A segunda parte do artigo aparecerá no próximo número de RELET)

NOTAS

1. Parsons, T., “The motivation of economic activities”, in _____. *Essays in sociological theory pure and applied*. Glencoe: The Free Press, 1949, pp. 200-217.
2. “It is thus suggested that the much talked of ‘acquisitiveness’ of a capitalistic economic system is not primarily, or even, to any very large extent a matter of the peculiar incidence of self-interested elements in the motivation of the typical individual, but of a peculiar institutional structure which has grown up in the western world” (idem, p. 214). Os numerosos estudos que evidenciaram os determinantes sociais do “espírito” do capitalismo, entre os quais o mais conhecido e importante é o de Weber, consubstanciam essa conclusão. Mesmo sem entrar no mérito da tese do sociólogo alemão, não há dúvida de que as análises do problema por ela provocadas estabeleceram plenamente que o racionalismo econômico, longe de poder ser tomado como um ingrediente invariável da natureza humana, é um fenômeno cultural, histórico e socialmente condicionado.
3. Tipologia baseada, com modificações apropriadas aos objetivos deste estudo, nos tipos de ação de Weber, no conceito de sociedade de *folk* e nos estudos da economia de mercado feitos por Polanyi e Weber.
4. “In the folk society, ideally conceived, nothing is solely a means to an immediate practical end. All activities, even the means of production, are ends in themselves, activities expressive of the ultimate values of the society... The distribution of goods and services tends to be an aspect of the conventional and personal relationship of status which make up the structure of the society: goods are exchanged as expressions of good will and, in large part, as incidents of ceremonial and ritual activities.” Redfield, R. (1948), *The folk society*. *The American Journal of Sociology*, Vol. 52, No. 4, pp. 304-305.
5. Polanyi, K. (1957), *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, cap. 4, pp. 43-55.
6. *Ibid.*, p. 46.
7. *Ibid.*, pp. 69-70.
8. Raymond Firth, examinando os incentivos ao trabalho entre os habitantes de Tikopia, escreve: “The simplicity of (the) symbols of achievement is interesting. The good fisherman, the good gardener, gets no extra pay. One may wonder how the simple act of sticking up ones fishing rod at the back of ones canoe should be so highly prized or the right to make a song about oneself. Yet it is precisely in these non-material ways that the human being in a society finds some of his most cherished goals. And they are goals, of course, only because he lives in a society. It is the opinion of his fellows that gives value to these simple tokens. It is the rivalry of his fellows, expressed or not, which helps to spur him on.
“In, a simple society of this kind the social controls of labour are often directly evident. Labour is a scarce good in the economists sense. One of the ways by which it is secured is not to offer it any high material inducement, but to put it on a footing of social obligation. In particular people go and

- work for other people because they are relatives”. Firth, Raymond. (1948), *Anthropological background to work. Occupational Psychology*, Vol. 22, No. 2, p. 96.
9. Cf. Polanyi, K., *op. cit.*, capítulos 5 e 6, pp. 56-76; e Weber, M. (1947), *The Theory of Social and Economic Organization*. Nova York: Oxford University Press, pp. 181-184; também são relevantes os estudos de Weber de sociologia das religiões.
 10. A atuação do mercado livre pode sofrer restrições que não são de cunho tradicional, mas resultam preponderantemente de ação racional. Tais são as limitações decorrentes da formação de sindicatos de operários, de cooperativas de consumo, de acordos e fusão de empresas (“*gentlemens agreements*”, “*trusts*”, oligopólios e monopólios), assim como da interferência do Governo no campo econômico. Uma economia inteiramente planificada é o caso extremo em que a instituição do mercado desaparece por completo. Entretanto, ao passo que nas sociedades tradicionais não existe um mercado porque a ação econômica decorre das normas *costumeiras* do sistema social, na sociedade planificada ele não existe porque aquela ação é prescrita por normas *racionais* de uma organização burocrática.
 11. Lambert, J.(1953), *Le Brésil*. Paris: Librairie Armand Colin, pp. 64-82.
 12. O número de empregados da firma, nas oficinas e no escritório, flutuou, durante o período de coleta de dados, ao redor de 500. Houve um aumento gradual do pessoal na primeira metade de 1956, seguido depois de vários “cortes” no segundo semestre do ano e no começo de 1957, devido à contração do mercado provocada pelas medidas de restrição de crédito tomadas pelo Governo Federal. A mão de obra é quase toda masculina; as mulheres, 10,5 por cento do total, estão quase todas no escritório e na seção de testes.
 13. De 51 estrangeiros nesses níveis, 22 são alemães.
 14. Escreve Harris sobre uma pequena comunidade na Bahia: “Partition of inherited land is rarely carried out by legal or formal methods. Most frequently the land is held in “common” (*comum*). But this condition merely means that each heir is permitted to work the amount of land to which his share in the inheritance entitles him without having been demarcated. In the event that an heir is not present his share of the land is not held vacant but is worked by the others. If he should return after a period of absence the others must make room for him. In practice, however, the particular segment which an heir works corresponds to the segment which he worked during the lifetime of the deceased... plus a portion of the land which the latter formerly worked”. Harris, M. (1956), *Town and country in Brazil*. Nova York: Columbia University Press, p. 86.
 15. É interessante notar que ao mesmo tempo que a terra não é considerada como objeto de propriedade individual, esta noção é bem clara em relação aos produtos da terra (quando cada membro adulto da família tem uma roça) e à criação. Esse mesmo entrevistado diz que cada filho na sua família tem as suas cabeças de gado. Um outro, da Bahia, descreve como o avô, na época “da marcação do gado, sempre punha a (sua) marca”. Mas quanto à terra, é diferente. Um terceiro entrevistado, também de Mauriti, no Ceará, conta que, de-

pois do inventário do seu pai, “cada um dos filhos tem a sua parte (no sítio), mas nada foi dividido, está tudo incluído (tudo junto)”. Não é necessário acrescentar que essas partes não são demarcadas. Consistem só no direito ao uso da terra.

16. Harris, no seu estudo de uma comunidade baiana, dedica várias páginas a esse padrão. Harris, M., *op. cit.*, pp. 64-74. Entre outras observações, nota o seguinte: “Owning a *venda* does not bring wealth, but is one of the most desirable occupations known to the community”.
17. Este fato os distingue do grosso da migração nordestina para o Estado de São Paulo, da qual a maioria se dirige para o interior. Dos 305.595 migrantes que passaram pela Hospedaria dos Imigrantes da Cidade de São Paulo, de 1935 a 1939, mais de 75 por cento tinham vindo em grupos de pessoas da mesma família. Lynn Smith, T. (1954), *Brazil: people and institution*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, pp. 277-280. Estatísticas referentes ao período de 1941 e 1950 mostram o mesmo fato. *Apud* Sousa Andrade, C. de. (1952), *Migrantes Nacionais no Estado de São Paulo. Sociologia*, Vol. XIV, No. 2, p. 119.
18. M. J. declara que onde está localizado o sítio de sua família (Simões Dias, Sergipe) não há seca, mas que em 1956 “o inverno demorou”. “Lá chega cedo, março mais ou menos, mas no mês de São João não tinha chegado e me arranquei.” Veio para o Rio de Janeiro. A predisposição para a migração revela-se em frases como a do pernambucano de Garanhuns, que sentenciou: “A gente está ruim de vida, está ruim num canto, é preciso correr para outro; tatu é que fica na terra”.
19. Segundo entrevistas de Celeste de Sousa Andrade, são principalmente os grupos familiares que “vêm compelidos por circunstâncias adversas existentes na região de onde procedem”, enquanto o migrante individual, moço e solteiro, embora venha também por motivo de natureza econômica (melhorar sua situação, juntar dinheiro etc.), “vem por desejo de vir mais do que compelido por uma necessidade premente”. *Op. cit.*, pp. 123-127. Os operários nordestinos da Companhia, como já foi apontado, ao contrário do que é a norma para o movimento migratório global do Nordeste para São Paulo, raramente emigraram para cá em grupos familiares. A maior frequência, do que era de esperar, de uma motivação não estritamente econômica nesse grupo é consistente, portanto, com os dados do estudo de Celeste de Sousa Andrade.
20. Esta distinção, é claro, é válida apenas *grosso modo*. O mundo daqueles migrantes das áreas agrícolas mais isoladas do interior do Estado de São Paulo é mais tradicional e estagnado do que o do nordestino das cidades maiores da região ou das zonas rurais próximas das Capitais.
21. Por ocasião da contração de negócios do meio de 1956 para cá, em vários casos em que foi possível verificar o que havia acontecido com pessoas de origem rural que foram despedidas, elas haviam voltado para a zona rural.
22. Com esta expressão, não se quer dizer, está claro, permanência em um único emprego, mas a continuação na situação de operário; ser operário deixando de ser um estado do momento para ser uma condição social relativamente

permanente. Segundo cálculo de Simiand, no grupo operário na França em 1921, 66 por cento permaneceriam nessa situação durante toda a sua vida. *Apud* Halbwachs, Mo. (1954), *Las clases sociales*, tradução do francês. México: Fondo de Cultura Economica, p. 107.

23. Nota-se, no caso acima citado, a razão que o entrevistado deu para explicar a sua vontade de trabalhar na lavoura: “Quem trabalha na lavoura pode fazer comércio junto”, o que reflete também a estreita associação, já apontada, entre as atividades agrícolas e comerciais (ver p. 29) (*N.R. Estas e demais remissões referem-se à edição de 2008 do artigo, disponível em www.bvce.org*).
24. Até o início de 1957 os operários da fábrica trabalhavam uma semana de dia e uma de noite.
25. Segundo outra versão, A. S., “quando soube do corte da turma da noite na linha de produção, pediu para ser posto fora. Fizeram os cálculos e disseram que era muito. Deixaram ‘ele’ à espera, mas depois mandaram ‘ele’ embora”.
26. Um operário do interior do Estado conta que certa vez ficou “mascateando uns três meses, mas (que) não deu resultado”. “A gente precisa de um pouco de capital, esclareceu, e é muito fiado, e, se o sujeito não tem um capitalzinho mais ou menos, leva ele no buraco” (*sic*).
27. A administração da fábrica dispensa o operário e paga toda a indenização devida ou “faz acordo”, pagando apenas parte da indenização, ou porque conclui que o empregado não é ou não será daí em diante eficiente, ou porque o seu chefe, por amizade ou outro motivo, recomenda a sua dispensa.
28. Para a finalidade deste trabalho, não interessa analisar a estrutura social em que essa orientação cultural para certas atividades econômicas aparece e os fatores que a mantém, mas apenas descrevê-la e apontar as suas consequências na formação de um operariado estável.
29. Ver a parte 3 deste Capítulo, especialmente as páginas 65-71.
30. O fato de, pela Consolidação das Leis do Trabalho, não se poder transferir o empregado para uma função diferente da sua torna importante para os operários a anotação na sua carteira profissional (ver p. 67).
31. Quanto à solidariedade grupal desses operários e à sua participação em ação sindical, ver a parte 3 deste estudo (pp. 48-61).